

*INFORMATIVO GLOBAL DO
CENTRO DE ESTUDOS EM
POLÍTICA GLOBAL DO INSTITUTO
BRASILEIRO DE ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E PESQUISA*

Informativo nº 2

A NOVA ORDEM GLOBAL E O LUGAR DO BRASIL NO TABULEIRO

Nota de aula - Centro de Estudos em Política Global (CEPG/IDP)

Roda de conversa com o Embaixador Mauricio Fernando Dias Fávero, Chefe da Assessoria Especial de Planejamento Diplomático do Itamaraty, no dia 14 de agosto de 2026

Autores: Liele Rodrigues da Silva, Rafael Gomes França e Carolina Vicente Cesetti

Na primeira atividade do segundo semestre de 2026, o CEPG recebeu o Embaixador Mauricio Favero, Chefe da Assessoria Especial de Planejamento Diplomático do Itamaraty, para uma roda de conversa sobre o momento de transição da ordem internacional. O convidado apresentou o ofício de quem trabalha com planejamento diplomático, atividade que remonta a George Kennan e ao célebre telegrama que definiu a política americana de contenção à União Soviética. Da experiência americana consolidou-se a ideia de que cada chancelaria deveria contar com sua própria unidade de análise, preparação e sugestão de rumos para a política externa. No Brasil, essa estrutura amadureceu ao longo de décadas e, nos anos 1990, firmou-se sob a alçada do Gabinete do Ministro. É desse posto de observação, próximo à decisão e alimentado pelas contribuições dos postos no exterior, que Fávero organizou sua exposição.

A premissa que abriu a conversa foi metodológica. Todo bom planejamento diplomático começa por um bom diagnóstico, e o diagnóstico do presente não cabe mais nos conceitos herdados. O mundo deixou de se mover pela inércia das categorias que o descreviam. Vivemos, segundo o Embaixador, uma ruptura entre a ordem que conhecíamos e outra que ainda se define, um momento de deriva das placas em muitos sentidos.

A emergência chinesa como movimento tectônico

O primeiro vetor dessa ruptura é a China. Fávero descreveu uma ascensão de proporções únicas, feita com magnitude, velocidade e direcionalidade sem precedentes na história. O paralelo mais próximo seria a própria emergência dos Estados Unidos, que levou cerca de um século; a chinesa se deu em trinta anos. O Embaixador retomou Henry Kissinger, para quem a

China é uma civilização que simula ser um país, um território onde convivem dezenas de etnias e pronúncias sob um mesmo idioma escrito e um mesmo aparato administrativo.

Segundo análise do Embaixador, o Partido Comunista Chinês que opera mais como uma nova dinastia, empenhada em construir o Estado do século XXI: consolidou a língua, simplificou o ideograma, ergueu infraestrutura. O resultado é que a China passou a representar, para um Ocidente acostumado à primazia desde o Renascimento, um modelo alternativo de funcionalidade e crescimento. O diagnóstico dialoga diretamente com o Informativo nº 1, que tratou da China contemporânea como um problema de método para o pensamento geopolítico. Onde a aula anterior mostrou que os instrumentos ocidentais medem mal o poder chinês, o embaixador acrescentou a dimensão temporal: a velocidade dessa ascensão é ela própria parte do desafio.

Fávero recuperou sua experiência nos Estados Unidos em 2001 para marcar o quanto a percepção mudou. Àquela altura, a China era tratada como ameaça econômica, nunca geopolítica, e o discurso dominante ainda era o do momento unipolar, o do Ocidente como farol a ser imitado por todos. O 11 de setembro reorientou o olhar de Washington para o Oriente Médio, e foi justamente naquele contexto que a China ingressou na Organização Mundial do Comércio. Vista em retrospecto, observou o embaixador, a atenção concentrada em Bin Laden funcionou como um dos maiores desvios estratégicos da história moderna: o principal competidor de longo prazo ganhava terreno enquanto o foco estava em outro lugar. Para dimensionar a grandiosidade do crescimento chinês, o Embaixador deixou um conselho a quem pretende seguir a carreira diplomática: vá à China e a conheça com os próprios olhos, uma experiência que considera indescritível e imperdível para qualquer profissional de relações internacionais.

O regresso russo e a parceria que reorganiza a Eurásia

O segundo vetor é o retorno da Rússia como grande potência. O embaixador foi cauteloso: como império, a Rússia dificilmente regressa, mas sua posição geográfica na Eurásia lhe garante uma força que persiste. Historicamente, a competição entre Rússia e China foi explorada com habilidade pelos Estados Unidos, como na reaproximação entre Nixon e Pequim nos anos 1970. Essa rivalidade latente não desapareceu: a pressão demográfica chinesa sobre

o território russo permanece uma preocupação de fundo, e as duas potências se enxergam mutuamente como oportunidade e como ameaça.

A novidade do presente é a convergência. Sob sanções, a Rússia precisa de mercado para seu consumo e encontra na China esse escoadouro; a China, por sua vez, precisa suprir seu déficit energético. Dessa complementaridade nasce uma arquitetura que busca consolidar ganhos para ambas e para os parceiros que dela participam, mobilizando financiamento, infraestrutura, fornecimento de matérias-primas e importação de manufaturados chineses. O deslocamento do eixo russo abriu, ainda, a Ásia Central como área de cobiça e competição, hoje um dos espaços de maior dinamismo na disputa entre China e Estados Unidos pelo controle de recursos.

O Sul Global, os BRICS e o lugar do Brasil

Não se fala dessas forças sem falar do Sul Global, que o embaixador descreveu como uma amálgama, os demais que emergem buscando diversificar parcerias. Nesse conjunto, há países que tratam a diplomacia como recurso ocasional, acionado quando necessário, e países como o Brasil, que a transformaram em identidade internacional. Fávero recorreu à distinção clássica: para os fortes, a diplomacia é uma opção; para os mais fracos, é uma obrigação, um instrumento de acomodação de interesses.

Entre as plataformas do Sul, os BRICS ganharam contorno próprio, embora com uma ressalva importante. Segundo o Embaixador, China e Rússia não são propriamente Su Global e não são revisionistas quanto à estrutura que lhes é favorável: membros permanentes do Conselho de Segurança, resistem a qualquer reforma que ceda assento a terceiros, o Brasil incluído. Aceitam discutir cotas no FMI e no Banco Mundial, mas não o Conselho. Ainda assim, os BRICS instalaram no debate a pergunta sobre a multipolaridade, retomada pelo relatório da Conferência de Segurança de Munique do ano passado. A hipótese em disputa é a de um poder que se fragmenta.

É aqui que o diagnóstico se volta para o Brasil. O Embaixador afirmou que, nos últimos dez anos, o Brasil figura entre os três países que mais recebem investimento greenfield no mundo, dado que, a seu ver, costuma passar ao largo do debate interno. A América do Sul é um espaço de baixa conflitividade, o que a torna atraente para alocação de recursos num mundo sob

tensão, e essa vantagem se realiza independentemente de acordos comerciais. Sobre o acordo Mercosul–União Europeia, Fávero avaliou tratar-se de um passo importante, ainda que historicamente pouco vantajoso na origem, e observou, não sem ironia, que talvez tenha sido preciso um empurrão externo para destravá-lo.

Declínio americano ou o mundo que alcança os Estados Unidos?

Sobre os Estados Unidos, o Embaixador pediu cautela com a tese do declínio. Um poder daquela magnitude não se dilui rapidamente. O que existe é um declínio relativo: ao saírem da Segunda Guerra os americanos respondiam a cerca de 40% do PIB mundial, participação que caiu à medida que outros países enriqueceram. A percepção de perda nasce mais da comparação do que de um recuo absoluto, e é essa percepção que Donald Trump verbaliza quando dá voz ao sentimento de uma parte da sociedade americana de que o país estaria sendo espoliado.

Fávero descreveu uma Europa confusa, ressentida por sentir-se excluída da competição tecnológica e engajada num esforço para recuperar terreno diante de Estados Unidos e China. Fávero notou um paradoxo instigante: o pensamento desenvolvimentista latino-americano, o mesmo que se associou às políticas industriais dos governos Lula, é hoje reutilizado por americanos e europeus, que voltam a falar em reindustrialização, em campeões nacionais e em ser novamente a fábrica do mundo, deixando em segundo plano a ortodoxia fiscal.

O resultado é uma desordem no sentido preciso de ausência de polo único, não de caos. No plano militar, ainda há unipolaridade: o orçamento de defesa americano beira US\$ 1 trilhão, superando a soma dos vinte seguintes. No plano econômico, o tabuleiro é mais equilibrado, com os Estados Unidos à frente, seguidos por China e uma Europa em queda relativa. A variável decisiva, na avaliação do Embaixador, é a evolução da parceria sino-russa, que condicionará a forma como o próprio Ocidente há de se reorganizar.

Reflexões dos autores

A exposição abre frentes que este Centro considera produtivo desenvolver, e as observações a seguir são de responsabilidade dos autores, não do expositor.

A primeira diz respeito à soberania digital. Ao tratar de sanções e da busca de alternativas ao dólar, o Embaixador mencionou o Pix como infraestrutura pública digital capaz de operar compensações fora do sistema financeiro tradicional, o que reduz a exposição a sanções externas tanto do país quanto de quem adere ao sistema. O exemplo abre espaço para pensar em que medida infraestruturas públicas digitais nacionais podem ampliar margens de autonomia, questão que se estende à posição brasileira em plataformas, redes e processamento de dados, terreno onde a dependência externa é considerável e a agenda ainda incipiente.

A segunda retoma a pergunta que o Embaixador deixou em aberto sobre imigração e identidade: até que ponto um país recebe fluxos migratórios sem descaracterizar-se? No caso europeu, o tema carrega componentes sociais, religiosos e raciais pesados. No caso brasileiro, o fenômeno tem baixa visibilidade percentual e histórico de baixa conflitividade. Cabe, como reflexão, observar que a experiência brasileira nas fronteiras, a do Paraguai entre elas, oferece um laboratório próprio sobre integração e convivência, especialmente sobre o sistema de saúde, que raramente entra nesse debate com o peso que merece.

A terceira observação é sobre a percepção. O Embaixador afirmou que o Brasil é um país de valores ocidentais que não é, contudo, geopoliticamente ocidental, porque não é assim percebido no plano internacional, resultado de sua geografia e de uma formação histórica marcada pelo esquema colonial. Dessa condição decorre a tendência a enxergar-se sempre como menor. A roda de conversa teve o mérito de trazer a política externa para o centro do debate, e vale registrar como provocação que a própria autopercepção diminuída é um dado de política externa a ser examinado, não um pressuposto a ser aceito.

Conclusões

A principal contribuição da roda de conversa talvez tenha sido deslocar o eixo da análise. Compreender a transição em curso exige menos a busca por um vencedor entre potências e mais a disposição de rever os instrumentos com que se lê o mundo. O Embaixador insistiu que períodos revolucionários raramente se anunciam, e recorreu à imagem do céu azul da manhã em que a Revolução Francesa começou, sem que ninguém suspeitasse do que viria.

Ao final, ficou uma provocação que ultrapassa o diagnóstico. Fávero descreveu o Brasil como um experimento improvável e bem-sucedido: um país que integrou economicamente um

território continental, consolidou fronteiras sem guerra e manteve mais de um século e meio de paz regional num mundo que volta a resgatar a violência como método. Se o mundo, como sugeriu o Embaixador, passa a parecer-se cada vez mais com o Brasil em sua complexidade e em suas tensões, talvez caiba a este país reconhecer, com menos autopercepção diminuída, a experiência que já acumulou em fazer conviver o que é diverso.